

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 05/2024

Sessão Ordinária Realizada no dia 20 de dezembro de 2024

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Lopes.

Substituições

Patrícia Alexandra Ferreira Batista (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); Luís Manuel Nunes Sanches (*substituído por Alexandrina Goreti Fernandes Martins Dias*); Sandro Manuel Martins Freire (*substituído por Anacleto Afonso Gonçalves Carriço*); José António Inácio Nunes (*substituído por Celino Augusto*); Fernando Joaquim Pires Januário (*substituído por Mariana Vinhas Sanches Bárrios*); Junta de Freguesia da Nave (*representada pelo tesoureiro: Paulo Abreu Correia*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os grupos municipais sobre a necessidade da presença do técnico que procedeu à elaboração do orçamento da APAL-SIM, ponto 12 da Ordem de Trabalhos. O representante do Grupo Municipal do PSD referiu não ser necessária presença do técnico. Os restantes Grupos Municipais referiram ser necessária presença do técnico.

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 27-09-2024

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com um voto contra, do Sr. José Escada, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 27-09-2024**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. Pelo Sr. José Escada foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no anexo 1.

Intervieram os seguintes membros:

O Sr. José Escada apresentou propostas de alteração à ata, cujo teor consta no anexo 1.

O Sr. Francisco Carvalho alertou que a referência ao seu nome varia ao longo da ata (ora Francisco Costa ora Francisco Carvalho) o que pode causar confusão aos leitores. De seguida apresentou a seguinte proposta de alteração:

- Pág. 79, sobre a questão da percentagem de território cadastrado, não consta o contexto da pergunta, que vem no seguimento do flagelo dos incêndios florestais e da importância do cadastro tem no combate aos incêndios.

Sobre a sua intervenção na página 87, referiu que o que consta na ata não corresponde à globalidade da sua intervenção, admitindo que em parte é sua culpa por não ter por hábito colocar as intervenções por escrito, o que dificulta o trabalho dos serviços, alertando para o excesso de síntese da sua intervenção. Concluiu que tal não interferirá com o seu voto favorável à ata.

Após as intervenções do Sr. José Escada e do Sr. Francisco Carvalho, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que é aceitável a apresentação de propostas de alteração às propostas da ata de cada sessão. No entanto, alertou que tais propostas são enviadas com a antecedência legal para que os membros apresentem alterações e os serviços procedam a correções, informando que não tinham sido recebidas quaisquer alterações à ata em apreciação.

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia foi interrompido pelo Sr. José Escada, tendo o Sr. Presidente suspenso a sua intervenção, continuando o Sr. José Escada a falar sem ter pedido a palavra nem ser autorizado pelo Presidente a tal.

Terminada a interrupção do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Assembleia, perante o facto, advertiu o Sr. José Escada que a ocorrer nova interrupção da sua parte adiará a sessão, por

desrespeito da autoridade do Presidente e incumprimento da lei e do regimento, com as consequências daí decorrentes.

Prosseguindo, e ainda no uso da palavra no sentido de clarificar os termos das deliberações da Assembleia e da sua formalização em extrato de ata e em ata, perante nova interrupção do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Assembleia suspendeu a sessão, nos termos das alíneas d) e i), do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, com o fundamento de desrespeito pelo exercício das competências do Presidente da Assembleia aí previstas.

Na decorrência, o Sr. Presidente da Assembleia convocou para uma reunião imediata os representantes dos Grupos Municipais, o Sr. Presidente da Câmara e os serviços de apoio.

Em resultado de na referida reunião, o Sr. José Escada se ter comprometido a não continuar a interromper o Sr. Presidente da Assembleia e a respeitar o Regimento, foram retomados os trabalhos.

Ponto 2 - Expediente

Não se verificou expediente.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, parabenizou a Câmara Municipal pela distinção Autarquia Familiarmente Responsável, é um reconhecimento que valoriza as políticas implementadas no concelho, nas áreas da saúde, educação, habitação, mobilidade, cultura, desporto e lazer que visam criar um ambiente de efetivo apoio às famílias, ao mesmo tempo que promovem uma discriminação positiva. Felicitou o município pela realização de mais uma edição do Sabugal Presépio, desta vez, com uma versão renovada e um conceito mais abrangente, que alia a tradicional temática natalícia outros temas de reflexão e as várias Juntas de Freguesia pelos seus projetos de Natal. Congratulou o município pela organização do circuito 5 Quinas que terminou em dezembro com a prova de *trail* Terras do Lince e que trouxe ao concelho cerca de 400 atletas e a todas as associações e Juntas de Freguesia participantes (Sabugal e Aldeia de Santo António, Rapoula do Côa, Penalobo, Aldeia do Bispo e Vilar Maior).

Deu ainda nota da preocupação de alguns fregueses, devido aos estragos causados pelo aumento do número de javalis e corsos, temendo que o exercício da caça não seja suficiente para colmatar o problema e que seja necessário atuar numa correção da população, podendo haver necessidade de envolver concelhos vizinhos.

A Sr.^a Elisabete Robalo começou por dizer que esteve presente na Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, no dia 16 de dezembro, em que ficou patente a preocupação pelo atraso do Programa de Reabilitação de Edifícios para rendas Acessíveis, protocolo assinado com o IRHU. Questionou em que ponto está o processo, uma vez que tem de estar concluído até junho de 2026 e para o Sabugal está prevista a reabilitação de 24 fogos.

O Sr. João Calva deu nota e lamentou o encerramento da sucursal do Santander no Soito em 3 dias da semana. Questionou se a Câmara tinha conhecimento da situação e se está a ser tomada alguma providência sobre o assunto.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Santo Estevão e Moita, Joaquim Valentim, se aquando da reabertura da linha da Beira Alta, em que o Sr. Presidente esteve presente, juntamente com o Ministro das Infraestruturas, foi abordada a questão da requalificação da estrada Sabugal-Guarda. Parabenizou também o executivo pelo Presépio, tendo verificado a presença do Secretário de Estado do Turismo, pelo que questionou se sobre o setor há algo que o Sr. Presidente possa transmitir.

O Sr. José Galhano alertou novamente o Sr. José Escada que não permitia que lhe enviasse e-mails. De seguida, colocou as seguintes questões: **1)** Houve a Gala da Castanha, dia 30 de novembro, no Porto, tendo tido conhecimento que grandes produtores de castanha do concelho não sabiam do evento e não foram convidados. **2)** No fim-de-semana esteve presente na feira Eco Raya, em Salamanca, e lamentou a ausência de representantes do concelho do Sabugal. **3)** Sobre a equipa médica presente nas capeias, felicitou o município pela iniciativa, no entanto, é da opinião de que é necessária a presença de médicos para que se possam realizar cirurgias gerais e que tenha curso de suporte avançado de vida. Lamentou, mais uma vez, a ausência de veterinários nos encerros. **4)** Como havia falado anteriormente, as árvores ao longo da estrada que causam degradação do asfalto não estão a ser abatidas; e as valetas não são tratadas.

O Sr. António Gata disse estar agradavelmente surpreendido com a entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara, no penúltimo número do Jornal do Fundão, pela forma como encarou a entrevista: frontal, direto, não quis ser politicamente correto. Terminou agradecendo ao sr. Presidente da Câmara o trabalho feito para o concelho.

O Sr. Francisco Carvalho parabenizou a equipa de Enfermagem do Centro de Saúde do Sabugal, distinguida com o prémio “Equipa do Ano” na V^a Gala dos Enfermeiros e reconheceu o município pelo voto de louvor atribuído aos profissionais, durante as cerimónias do dia do Concelho. Referiu que tal distinção deve ser motivo de orgulho para todos, numa altura em que há a ideia de que os serviços de saúde estão em degradação. Prosseguiu abordando a reunião da Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, a 22 de outubro, com

os clínicos do Centro de Saúde, questionando o ponto da situação a nível das colocações. Ainda sobre o tema, referi que na rua se fala da inércia do município e que tal situação é responsabilidade do mesmo, dando nota que cerca de 70% das vagas do concurso de medicina geral e familiar por preencher, ou seja, está na altura de perceber que este problema não é culpa das Câmaras, aconselhando a leitura da entrevista do Presidente da Câmara de Mação, Vasco Estrela, onde refere que não é com incentivos que se fixam médicos. De seguida, parabenizou a Câmara por ter acolhido a sua sugestão relativa às comemorações dos 500 anos do nascimento de Camões, assinalada na 47.ª edição do Clube de Leitura da Universidade Sénior do Sabugal e os 25 anos da morte de Amália Rodrigues. No âmbito do setor social, parabenizou o município pela iniciativa no uso dos fundos do PRR com a criação do Radar Social, a qual espera que dê frutos e que irá questionar futuramente. Concluiu, questionando se há dados quanto à operação Censos Sêniores, realizados no distrito da Guarda pela GNR, durante o mês de novembro, de forma a saber o número de idosos em solidão, isolamento ou abandono.

Pelo Grupo Municipal do PS

A Sr.ª Silvina Vaz procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 2.

O Sr. Filipe Nunes abordou a falta de médicos no concelho do Sabugal, referindo que existem cerca de 4000 habitantes sem médico de família, causando muitos constrangimentos, tendo em conta a população envelhecida e a dificuldade em deslocarem-se para outros locais onde possam ser atendidos. No seguimento do assunto questionou qual o feedback do Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos e se já teve algum efeito para o concelho. Questionou ainda se o concelho tem algum Plano Local de Saúde, onde deveriam estar explanadas as prioridades do concelho a nível de saúde e se o Município tem trabalhado com a ULS nesse sentido. Tendo tido conhecimento que os assistentes técnicos administrativos do Centro de Saúde vão passar a ser da responsabilidade do município, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem algum comentário ou conhecimento do assunto. Sobre os edifícios do Posto Médico do Soito e do Centro de Saúde do Sabugal foi-lhes dito que iriam sofrer obras de requalificação, pelo que questionou o ponto de situação do assunto.

A Sr.ª Mariana Bárrios começou por referir que o anterior governo sinalizou o número de escolas que necessitava de obras, tendo a Escola Secundária do Sabugal sido classificada como prioritária. Posto isto, questionou se o projeto da Escola Secundária do Sabugal já estava concluído, uma vez que é de todo o interesse que seja aproveitado o financiamento do PRR. Questionou também se aquando da intervenção da Escola Secundária, o bloco da Escola Básica do 2.º Ciclo também será intervencionado. Aquando da construção da ciclovia foi retirado estacionamento, pelo que questionou se não haveria possibilidade de construir um parque de estacionamento dentro do recinto escolar que servisse as duas escolas.

A Sr.^a Marisa Martins procedeu à leitura da sua intervenção, sobre as vias de comunicação do concelho, cujo teor consta no anexo 3.

O Sr. José Pires Manso procedeu à leitura da sua intervenção, acerca da *Exploração de lítio em Espanha, mas junto à fronteira portuguesa*, cujo teor consta no anexo 4.

Pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, agradeceu o início das obras de requalificação da estrada que liga Sortelha ao Sabugal e que seja uma de muitas estradas a serem requalificadas no concelho, nomeadamente na freguesia de Sortelha. Alertou para o fornecimento de água na anexa Dirão da Rua que, mesmo no Inverno, continua a haver queixas de falta de pressão. Havendo também problemas com o fornecimento de água na anexa Quarta-Feira, enfatizou que ambas as situações não devem ser esquecidas.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata colocou várias questões: 1) Ponto da situação da estrada Sabugal-Guarda; 2) Para quando está prevista a requalificação da antiga Escola Primária do Sabugal, sendo que é da opinião que é o local ideal para construir o Museu do Contrabando e que já não se justifica o telheiro no edifício da antiga Escola Primária, dando um aspeto grosseiro ao edifício; 3) Se a 2.^a fase da requalificação da praia fluvial é para arrancar e estar pronta no verão.

Pelo Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada procedeu à leitura da sua intervenção, constando na íntegra no anexo 5.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu a referência e disse que é sempre importante receber este tipo de reconhecimentos e implementar todas as medidas e contributos para que seja um sucesso.

Sobre o presépio, deu nota que o conceito foi melhorado, tendo sido dada uma nova caracterização e dinâmica, com a inclusão da temática da educação ambiental e da água. É

um evento muito bem conseguido, agradecendo aos funcionários da Câmara pelo trabalho realizado. Até ao dia anterior tinham entrado cerca de 13 mil pessoas. Agradeceu às IPSS's do concelho pela adesão ao desafio dos eco-bonecos.

Sobre o *trail*, o Sr. Vereador Amadeu Neves referiu que é um congregar da vontade das associações e Juntas de Freguesia, defendendo que a melhor maneira de conhecer o território é a andar ou a correr. Agradeceu às associações e Juntas de Freguesia envolvidas nos eventos.

Prosseguiu o Sr. Presidente referindo que têm acontecido muitos acidentes com javalis, e a caça não tem sido suficiente para corrigir a densidade. O município tem organizado algumas montarias, mas não é o suficiente. Disse que será manifestada junto do ICNF a preocupação da assembleia/município sobre o assunto no sentido de a tutela intervir.

Em resposta à intervenção da Sr. Elisabete Robalo, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara referiu que, sobre o Programa de Reabilitação de Edifícios para rendas Acessíveis não são 24, mas 12 fogos que estão identificados e está a ser elaborado o projeto. Afirmou que é um programa que se atrasou a nível nacional, pois implicou a alteração de regras ao longo do processo. Deu nota que os fogos identificados, encontram-se na zona histórica do Sabugal. De forma a permitir a sua requalificação e de acordo com a Estratégia Local de Habitação, os fogos mais em falta são T0, T1 e alguns T2. Concluiu que o processo é para estar concluído em março de 2026.

Respondendo ao Sr. João Calva, o Sr. Presidente da Câmara disse que se trata de mais um serviço que pretendem fechar e que o município irá solicitar, junto do concelho de administração do Santander, esclarecimentos sobre o que pretendem fazer.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da União de Freguesias de Santo Estevão e Moita, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, sobre a reabertura da linha da Beira Alta e a presença do Sr. Ministro na Guarda, foi feita uma reunião com ele e juntamente com o Presidente da Câmara da Guarda, em que foi manifestada a preocupação de ambos os municípios sobre o insuficiente valor do contrato com as Infraestruturas de Portugal acerca da requalificação da ligação Sabugal-Guarda. Disse ainda que o projeto está a ser reavaliado, e o compromisso que resultou da reunião é a realização de uma adenda ao contrato, alterando o valor de 5 milhões para 15 milhões de euros. Concluiu o tema referindo que há abertura por parte das Infraestruturas de Portugal e do Ministério para que a requalificação da estrada seja concretizada.

Acerca da presença do Sr. Secretário de Estado do Turismo na inauguração do presépio, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que a candidatura para a 3.^a fase da praia fluvial é uma realidade, estando a ser trabalhada para que inicie no primeiro semestre de 2025.

Respondendo às questões do Sr. José Galhano, o Sr. Presidente da Câmara disse discordar das afirmações relacionadas com a Gala da Castanha. Sobre a Gala da Castanha, a Sr.^a Vice-Presidente disse que a sua divulgação foi feita numa conferência de imprensa na Colónia Agrícola Martim Rei. O grande objetivo relativamente a este momento seria, sobretudo, cativar as cooperativas do concelho a estarem presentes e serem elas a alavancar este

processo junto dos produtores porque se quer replicar o que se vê noutros territórios. Por isso é que, na Gala da Castanha, foi privilegiado o contacto com as associações. Aquilo que se pretende é um trabalho no dia a dia, de apoio aos produtores no terreno. Nos protocolos que o município tem com a UTAD, quando há dias abertos, vêm ao terreno falar com os produtores relativamente a problemas da produção da castanha e do castanheiro. Tem a ver com duas teses de mestrado que estão a ser elaboradas neste momento por dois alunos no território relativamente a problemáticas do território: uma delas é o cadastro, que é um instrumento fundamental para trabalhar. Referiu também que a Gala da Castanha foi um encontro das associações e entidades ligadas à castanha, promovida pela RefCast e que o culminar será o simpósio nacional da castanha que acontecerá em julho, no Sabugal. Concluiu que o município estará sempre disponível para ajudar e esclarecer os produtores do concelho.

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu nos esclarecimentos, tendo dito que a equipa médica presente nas capeias foi uma boa aposta, a qual se pretende melhorar, sendo sempre necessário melhorar. Sobre a não presença dos veterinários nos encerros vai ser averiguada. Acerca das árvores nas valetas é uma situação que está a ser corrigida.

Em resposta às intervenções do Sr. António Gata e da Sr.^a Silvina Silva (membro do grupo municipal do PS) sobre a entrevista ao Jornal 'O Fundão' esclareceu que esta questão surgiu numa conferência que houve no Fundão, onde estiveram presentes o Presidente da Câmara do Fundão, da Covilhã, Vice-presidente da Câmara da Covilhã, Penamacor e Belmonte. De todos eles, o Sabugal é o município que discorda do modelo de gestão da Barragem do Sabugal. Por sua vez, o moderador do debate, Campeã da Mota, também defende que a Barragem do Sabugal foi feita para o regadio e que o Sabugal não tem de ser ouvido. Na sequência desta sua intervenção haverá uma reunião com o Sr. Ministro e as restantes entidades, em que o Sabugal apresentará um dossier sobre o assunto. Concluiu, referindo que se aguarda um estudo mais macro que está a ser feito e que engloba os municípios referidos acima, bem como o da Guarda e de Almeida para posteriormente apresentar junto da tutela e continuar a reivindicar que o Sabugal está a ser altamente injustiçado com esta situação da água.

Respondendo às questões apresentadas pelo Sr. Francisco Carvalho, o Sr. Presidente da Câmara referiu que foi importante para o território e para a própria equipa de enfermagem a atribuição do Prémio de Equipa do Ano. Sobre as vagas, em reunião com a Sr.^a Presidente da ULS, foi abordada essa questão, e em 27 vagas foram preenchidas 3. O Sabugal tinha 3 vagas, não tendo sido nenhuma preenchida. Foi dada a garantia que: o Sabugal vai continuar com o SAP aberto e que haverá mais 1 médico e 1 enfermeiro, uma vez por semana, para atendimento de utentes sem médico de família; e que está a ser constituída a USF. Na próxima semana será entregue uma viatura (em regime de comodato) à equipa da Unidade de Cuidados no Concelho. Sobre a aplicação do Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos, foi aprovado em Reunião de Câmara a atribuição a uma médica.

Acerca do aniversário de Camões referiu que são datas importantes que devem ser sempre tidas em conta. Sobre o Radar Social está a iniciar, sendo o projeto importante para ajudar a colmatar algumas necessidades do território nessa área.

Sobre os Censos da GNR, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara referiu que o levantamento é feito em parceria com a Câmara Municipal e o município já tem a funcionar desde há alguns anos um projeto de teleassistência, em que mediante o cumprimento de alguns critérios, têm um dispositivo que lhes permite aceder à GNR a qualquer momento. Portanto, o Município tem sempre essa referência e são sempre trabalhadas em conjunto com os serviços municipais.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Respondendo à intervenção do Sr. Filipe Nunes, referiu que não sabe concretamente o número de utentes sem médico de família, mas seguramente é muito mais baixo.

Sobre os pedidos de apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos, houve um pedido.

Acerca do Plano Local de Saúde, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que é da responsabilidade da ULS da Guarda, embora o município tenha prestado os seus contributos na elaboração do mesmo. Sobre a transferência dos técnicos auxiliares, o Sr. Presidente da Câmara disse que não há nada em concreto em termos de transferência de competências. Acerca das obras do Centro de Saúde e da extensão do Soito foram abordadas na reunião com a Sr.^a Presidente da ULS, sendo obras contempladas no PRR, sendo iniciadas no início do ano. O Centro de Saúde do Sabugal também será contemplado com algumas obras e equipamentos.

Em resposta à intervenção da Sr.^a Mariana Bárrios, há um mapeamento realizado pelo Ministério da Educação, no entanto, foi solicitada uma reavaliação ao PRR e ao PT2030 e neste momento não há lista prioritária, ou seja, todos os projetos apresentados que sejam candidatáveis têm garantia de financiamento. O projeto do município implica uma intervenção geral em todos os pólos e terá um custo financeiro entre 5 e 6 milhões de euros. O projeto terá de ser entregue em março para que se possa candidatar. Sobre a manutenção do edifício referiu que o município está disponível para qualquer situação que haja. Acerca do uso do estacionamento do recinto escolar disse que é uma questão a avaliar com o Ministério da Educação.

Respondendo à intervenção da Sr.^a Marisa, o Sr. Presidente da Câmara disse ser a favor da abolição das portagens, alertando para o facto da importância de criar mecanismos para criar receita de forma que os cidadãos não sejam penalizados a nível de impostos.

Sobre a requalificação de estradas disse que vai haver uma série de requalificações: a estrada da Rebolosa, Ozendo-Soito, Quarta-Feira, Aldeia do Bispo – Aldeia Velha constam no plano.

Acerca das obras a realizar dentro das localidades na sequência da requalificação da EN233 disse que cada município assume a sua despesa.

Em resposta à intervenção do Sr. José Pires Manso, disse que tiveram conhecimento da reunião pelas redes sociais e lamentou que a plataforma que marcou esta reunião não tenha convocado a Câmara. Futuramente haverá uma reunião para encetar outro tipo de protesto.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes

Em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, o Sr. Presidente da Câmara referiu que está a decorrer a requalificação da estrada Sabugal-Sortelha. Sobre o fornecimento de água ao Dirão da Rua e Quarta-Feira disse que há verba no plano e que irá ser uma realidade.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Sobre as questões levantadas pelo Sr. João Manata, acerca da ligação Sabugal-Guarda respondeu anteriormente. No edifício da Escola Primária será criado o Centro do Conhecimento, no andar de cima serão criadas salas de formação e um pequeno auditório. O Museu do Contrabando e Imigração, Salto e Etnografia está em plano e orçamento e será instalado no edifício atrás da biblioteca. O telheiro da Escola Primária será revisto pois está a descaracterizar o edifício. Sobre a 3.ª fase de requalificação da Praia Fluvial deu nota que será remetido à reunião de Câmara no início de 2025.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Respondendo à questão do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Câmara disse não ter percebido o que desrespeitaram a nível institucional. Concluiu referindo que a abordagem deste evento seja alterada.

Intervieram novamente os grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Francisco Carvalho felicitou a boa nova da constituição de uma USF, uma vez que o modelo da USF é mais atrativo à fixação de clínicos. Em relação a todos os apoios que o município concede às várias unidades do Centro de Saúde do Sabugal (UCSP- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade, SAC – Serviço de Atendimento Complementar) referiu que são sempre uma mais-valia. Sobre os 4000 utentes sem médico de família, número abordado pelo Sr. Filipe Nunes, referiu que é preciso ter em conta que há muitas pessoas da diáspora sabugalense inscritos no Centro de Saúde, mas que não são utentes verdadeiros do Centro de Saúde. Ainda sobre o Plano Local

de Saúde, disse que o mesmo não é competência da autarquia, sendo que a Lei de Bases da Saúde determina que o plano seja feito pelas unidades de saúde pública (no caso do Sabugal é da competência da ULS). Informou que o plano foi apresentado dia 26 de novembro e vai vigorar até 2030. Sugeriu a possibilidade de se fazer uma sessão de dinamização no Centro de Saúde para apresentação do Plano Local de Saúde e quais são os objetivos a nível de saúde pública no horizonte temporal até 2030.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata, a propósito da estrada Sabugal-Guarda, disse que no 1.º mandato do Sr. Eng.º António Morgado foi uma delegação da Assembleia Municipal ao Palácio de S. Bento, a uma audiência com o Sr. Eng.º António Guterres. Ou seja, a questão da requalificação da estrada Sabugal-Guarda arrasta-se há anos e ainda não se conseguiu resolver.

Grupo Municipal do PS

Sobre a ligação Sabugal-Guarda, o Sr. João Manso disse que sabem que as obras dentro das localidades serão pagas pelas respetivas autarquias. A questão é que se se continuar a atravessar as localidades onde, com as obras de requalificação, serão colocados passeios, o limite de velocidade será reduzido, ou seja, a distância/tempo entre o Sabugal e a Guarda não será vantajoso. Concluiu referindo que seria importante pensar em variantes.

No seguimento da resposta à intervenção da Sr.ª Mariana Bárrios, esclareceu que o 2.º bloco da EB 2 precisa de requalificação e seria importante que fosse integrado no projeto que será apresentado ao PRR e PT2030.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. José Escada disse que o município investiu muito em cicloturismo na cidade do Sabugal, sendo também um cicloturista. Ou seja, há que definir prioridades, e sendo o dinheiro escasso, é necessária imaginação, dando exemplo de ligações de cicloturismo entre localidades sem passar por localidades, cidades ou cruzar vias. No seu ponto de vista, a prioridade do Sr. Presidente não é a que mais se justifica para o Sabugal, sugerindo uma ligação de cicloturismo Sabugal-Sortelha, a ligação dos 5 castelos, de forma a ser valorizado a nível de cicloturismo.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a questão da Eco-Raya anteriormente colocada pelo Sr. José Galhano, o Sr. Presidente da Câmara disse que coincidiu com o Mercadinho de Natal do Sabugal e não era possível colocar artesãos. Referiu que também desconhecia a presença de pessoas dos Fóios na feira de Salamanca.

Em resposta ao Sr. Francisco Carvalho, o Sr. Presidente da Câmara disse que é importante ter membros na Assembleia que elucidem este tipo de matérias, pelo que agradeceu os esclarecimentos.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Em resposta ao Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara disse que na altura apenas estavam alocados 1 milhão e 900 mil euros para a requalificação da estrada Sabugal-Guarda. Evidenciou que atualmente há vontade para aumentar a verba de 5 milhões de euros para 15 de forma a realizar a obra.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Respondendo à intervenção do Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o objetivo é requalificar tudo, havendo possibilidade de apresentar projeto para construção de um novo pavilhão gimnodesportivo da escola.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Em resposta ao Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a obra decorre de oportunidades que surgem. A forma de obter financiamento para a obra passava pela criação de uma ciclovia, ou seja, em cerca de 2 milhões, o financiamento da obra foi de 1 milhão de euros.

Informou que existem ciclovias entre localidades, havendo inclusive sinalética adequada.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação do Orçamento do Município para 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 abstenções, aprovar o Orçamento do Município para 2025.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto 1 e 2 em simultâneo, cujo teor da intervenção consta, na íntegra, no anexo 6.

Sobre o orçamento:

- Referiu que foi elaborado com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos estratégicos para o ano 2025;
- Apresentou a missão, visão e novos desafios e cenários conjunturais, e na sua sequência apresentou os objetivos estratégicos para 2025 (página 4 e 5 do Relatório do Orçamento e GOP's).

Disse que as GOP's e o Orçamento (páginas 7 a 9 do Relatório do Orçamento e GOP's) em discussão foram elaborados no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio.

Previsão de receita (página 19 a 22 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A previsão das receitas para 2025 é 32.553.342,00 euros e das despesas de valor igual.
- A receita corrente deverá atingir 23.755.279,00 euros que suporta a despesa corrente, as amortizações médias (o valor destas suportará despesas de capital) e ainda um saldo que será utilizado para pagamento de despesas de capital (157.698,00 euros).
- Prevê-se ainda que sejam arrecadados 8.798.063,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 9.703.695,00 euros.
- Em 2025 prevê-se que a receita municipal seja de 32.553.342,00 euros, representando uma diminuição de 2.412.326,00 euros relativamente à previsão inicial de 2024. Verifica-se uma diminuição de 1.449.666,00 euros de receitas correntes. (A diminuição da receita corrente explica-se sobretudo pela transferência dos serviços de água e saneamento para a APAL e ainda pela não inscrição da comparticipação relativa à Prevenção da Floresta Contra Agentes Abióticos, financiada pelo Plano de Desenvolvimento Rural, cuja candidatura não foi aprovada e ainda pela não inscrição da compensação financeira do Fundo Ambiental relativa ao Parque Eólico e Fotovoltaico de Valverdinho.
- Em termos relativos a receita corrente representa 72,97% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 27,03%.

Previsão de despesa (página 22 a 23 do Relatório do Orçamento e GOP's):

- A despesa do município em 2025 deverá ser de 32.553.342,00 euros, sendo 22.849.647,00 euros relativos a despesa corrente e 9.703.695,00 euros a despesa de capital, verificando-se uma diminuição de 834.494,00 euros em relação ao previsto para 2024.
- No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 70,19%, enquanto a despesa de capital representa 29,81% da despesa total.

Disse também que nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o Plano Plurianual de

Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2025, nas páginas 15 a 18 do Relatório do Orçamento e GOP's.

Por fim, referenciou que Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2025 inclui despesa no valor de 8.733.692,00 euros. Nas Atividades Mais Relevantes foi inscrita despesa que totaliza 8.700.302,00 euros. Em conjunto os dois documentos preveem um valor total de 17.433.994,00 euros.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 7.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, iniciou a intervenção parabenizando os técnicos do município pela forma como o documento foi elaborado e à semelhança dos anos anteriores votará favoravelmente. De seguida, colocou as seguintes questões:

1. Do lado da despesa, há um acréscimo na despesa com o pessoal, comparativamente com o ano transato. Questionou se foi considerado o impacto da redução do pessoal que irá para APAL-SIM. Se foi considerado, qual seria a subida se não fosse considerado.
2. Do lado da receita, não tendo sido considerada a receita das eólicas, questionou se a rubrica em causa diz respeito à mesma rubrica que o levou no ano transato a questionar sobre os montantes no 'Decreto-Lei 72/2022 (art.º 4.º-b).

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 8, tendo posteriormente referido que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista será a abstenção.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa, Manuel Barros, congratulou-se pelo facto da requalificação da estrada que liga Aldeia da Ribeira à Rebolosa constar no Orçamento e GOP's. De seguida, abordou o facto de não ter havido reunião entre o Presidente e as Juntas de Freguesia antes da elaboração do orçamento, contrariamente ao que tem sucedido em anos transatos, tendo perguntado o porquê da não realização da reunião supracitada.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata questionou qual a necessidade de requalificar a Rua António José de Almeida, quando a mesma foi alvo de intervenções há cerca de 6 ou 7 anos. Questionou também se quando o Sr. Presidente da Câmara mencionou a requalificação da estrada Soito-Ozendo se refere ao troço da variante.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento do Orçamento e GOP's reflete muito do que foi o seu compromisso eleitoral. Disse que algumas situações não constam porque decorrem de oportunidades que surgem. Deu ainda nota que após análise ao programa eleitoral, verificou que cerca de 80% está cumprido, e é nesse sentido que vai continuar, aproveitando sempre as oportunidades de financiamento que surgem. Referiu que há abertura do município para bons projetos, e em resposta ao Sr. Presidente da Junta da Rebolosa, e as Juntas também têm um papel importante na apresentação de projetos para solicitar financiamento e apoiar na parte não financiável.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o aumento da despesa com o pessoal não se deve às entradas e saídas, mas sim aos aumentos de vencimento. Confirmou que a rubrica em causa diz respeito à mesma rubrica do ano transato sobre os montantes no Decreto-Lei 72/2022 (art.º 4.º-b) e explica que foi retirada porque foram aconselhados, uma vez que o Fundo Ambiental está a ser reestruturado, no entanto, esse valor vai continuar a ser reivindicado.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre a intervenção do Sr. José Pires Manso referiu que a diferença de 1 milhão de euros está também relacionada com o que referiu anteriormente, de deixar de ter inscritas as despesas e receitas referentes à água e saneamento. Sobre o apoio a empresas e agropecuária referiu que na apresentação do ponto disse que iriam continuar a ser apoiadas. Acerca das 'Origens Protegidas' disse que está a ser trabalhada a questão da castanha, com resultados para breve. Também está a ser certificado o bucho, juntamente com a Câmara Municipal da Guarda, e será feita uma candidatura junto da Pró-Raia. Sobre a marca Algu do Sabugal, no início do ano serão apresentados os produtores que aderiram e qual o modelo a seguir. A criação de escola técnico-profissional, o Sr. Presidente da Câmara referiu que não é fácil, mas está a funcionar um curso TESP e está a ser negociado com o IPG a possibilidade de serem ministrados outros cursos no Sabugal (P.ex: gerontologia e produção animal).

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa deu nota de não ter tido disponibilidade para realizar a dita reunião, no entanto, será realizada no início do ano, em que um dos temas a abordar será a capacidade das freguesias, tendo em conta a verba transferida pelo Estado e pelo município, em realizar as próprias Grandes Opções do Plano e estruturar candidaturas de financiamento.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Em resposta ao Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a rua em questão vai desde a rotunda do Bombeiro, rua da pizzaria até à rotunda do Auchan, seguindo pela rua Montemor. Informou que há uma verba de 500 mil euros na ITI da CIM. Sobre a

ligação Soito-Ozendo deu nota que o procedimento vai ser remetido ao órgão executivo no início do ano.

Numa segunda ronda de intervenções, intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana, disse aceitar o sentido de voto do Grupo Municipal do PS, mas fica pasmado com as declarações de voto dos vereadores do PS na Reunião de Câmara, tendo percebido uma crítica à transferência de verba às associações das diversas freguesias e às próprias freguesias. Alertando a bancada do PS se está em consonância com essas declarações.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, esclareceu que não põe em causa os aumentos salariais e que a questão colocada se prende com o facto de ter sido considerado ou não uma eventual redução dos custos do pessoal por causa da APAL.

O Sr. António Gata disse que na última reunião da CIM notou algum ceticismo do Presidente do Conselho nos municípios conseguirem apresentar as candidaturas atempadamente.

A Sr.^a Lúcia Ribas referiu que tendo sido nascida e criada na Guarda, nunca ouvira falar em bucho na Guarda e que se trata de uma apropriação da Câmara da Guarda àquilo que é do concelho do Sabugal.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso disse que era importante que o concelho pudesse aproveitar todas as oportunidades oferecidas pelo PRR e pelo novo Quadro Comunitário. Prosseguiu referindo que o Orçamento e GOP's apresentam projetos pouco relevantes, em que faltam obras estruturantes há bastantes anos no concelho, nomeadamente cofinanciados por Fundos Europeus, daí o Orçamento de 2025 ser inferior ao de 2024. Referiu que não são só as verbas das águas e saneamento que vão transitar para a APAL e a questão das eólicas do Fundo Ambiental/painéis solares de Valverdinho que explicam a descida da receita em cerca de 2 milhões e meio de euros. Alertou ainda os presentes que, na grande maioria das Câmaras do país, os orçamentos para 2025 aumentaram devido aos projetos já financiados pelo PRR, o que indica que o concelho do Sabugal está a andar em sentido contrário. Referiu que foram gastos 10 milhões de euros no Sabugal e, ao contrário do que o Sr. Presidente da Junta do Baraçal referiu, os vereadores e a bancada do PS não estão contra os apoios às Juntas de Freguesias, pelo contrário, são da opinião que neste mandato, o Sr. Presidente da Câmara abandonou as Juntas de Freguesia, uma vez que as verbas que provêm do Orçamento Geral do Estado são insuficientes para executar grandes projetos. Referiu também que, acerca das ARU's, qual o objetivo da sua elaboração se depois os planos não executados, uma vez que os relatórios das ARU mostram um atestado de inferioridade à Câmara Municipal. Concluiu referindo que o Sr. Presidente da Câmara tem toda a legitimidade para fazer o que está a fazer, mas não acuse os vereadores e bancada do PS de não quererem que a Câmara faça transferências para as Juntas de Freguesia.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta do Soito, o Sr. Presidente da Câmara disse que não foi considerado, porque está a ser feita a integração dos funcionários da Câmara da Guarda e não está a ser um processo fácil, pelo que, segunda-feira, vai ser assinado um acordo com o STAL relacionado com os funcionários que vão transitar para a APAL, onde está vertido um conjunto de regalias legais que irão ser implementadas na APAL. A transição dos funcionários da Câmara do Sabugal ocorrerá no primeiro trimestre de 2025, e só posteriormente é que se alterará o Mapa de Pessoal.

Respondendo ao Sr. António Gata referiu que o Presidente do Conselho da CIM tem sido muito crítico em algumas situações com alguns organismos do Estado, nomeadamente com o IHRU porque não dá resposta.

Em resposta à Sr. Lídia Ribas referiu que a Guarda tem bucho e está referenciado numa ETG (Especialidade Tradicional Garantida), e tendo as mesmas características que o bucho raiano, a candidatura tem de ser feita em conjunto. Informou que também será feita candidatura em parceria para a morcela.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara disse que o último parágrafo da declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista é aterrador “*Este orçamento elimina por completo os elementos económicos e sociais do Município do Sabugal*”.

Sobre o PRR, referiu que as Câmaras têm poucas hipóteses no acesso a fundos, uma vez que o PRR foi criado para recuperar empresas estatais e outras. Para o PRR, a Câmara tem duas candidaturas de acessibilidades, em que uma está a decorrer no Soito de 180 mil euros. A habitação acessível tem o IHRU como intermediário. Por sua vez, o PT2030 permite o acesso a outros valores, para além dos que estão definidos na CIM ou a reprogramação de valores. Paralelamente, há outras fontes de financiamento para além da ITI.

Acerca dos apoios às Juntas de Freguesia, disse que todas as Juntas de Freguesia estão capacitadas e têm as suas infraestruturas feitas, salvo as localidades sem rede de saneamento (Abitureira, Martim Pega, Quarta-Feira e Aldeia da Dona). Ressalvou ainda que todas as Juntas que apresentam bons projetos têm acolhimento na Câmara. No Sabugal foram investidos 10 milhões de euros porque há candidaturas que apenas abrangem a sede de concelho e que durante anos pouco se investiu na cidade, optando por investir nas freguesias. Esclareceu que as ARU's são intenções que os técnicos identificam no território e que o município executa consoante a capacidade financeira.

Ponto 02 – Discussão e votação das Grandes Opções do Plano 2025-2030

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano 2025-2030.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou o ponto em simultâneo com o ponto 01.

Ponto 03 - Discussão e votação da Norma de Execução do Orçamento 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 abstenções, aprovar a Norma de Execução do Orçamento de 2025.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o documento em discussão é um conjunto de medidas de execução orçamental que regem a implementação do Orçamento e do Plano.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 04 – Discussão e votação específica do artigo 29.º da Norma de Execução do Orçamento de 2025 ‘Assunção de compromissos plurianuais’, conforme recomendação de Tribunal de Contas

Deliberação: A Assembleia deliberou, por maioria, com 18 abstenções, aprovar o artigo 29.º da Norma de Execução do Orçamento de 2025 ‘Assunção de compromissos plurianuais’, conforme recomendação de Tribunal de Contas:

“Artigo 29.º - Assunção de compromissos plurianuais: Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Leiº 99/2015, de 2 de junho e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista ou de acordo com a sua reprogramação, e ainda os compromissos plurianuais de despesas certas e permanentes em que o valor do compromissos plurianual se situa, em cada ano, entre os 99.759,58€, cuja autorização foi delegada no presidente da câmara, e os 200.000,00€.

- 1. Conforme n.º 2 do artigo 12.º do no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, esta autorização não abrange os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa.*

O serviço requisitante da despesa, que implique compromissos plurianuais, deverá verificar se a mesma é abrangida ou não por esta autorização, incluindo essa informação na proposta inicial para a realização da despesa.”

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 05 - Discussão e votação da 1.ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação da obra Reabilitação e Renovação de Edifício para Instalação do SMART WORK CENTER do Sabugal – Centro Empresarial e 2.ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação da obra Conservação e Reabilitação do Castelo de Alfaiates

Deliberação: A Assembleia Municipal, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a 1.ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação da obra Reabilitação e Renovação de Edifício para Instalação do SMART WORK CENTER do Sabugal – Centro Empresarial e 2.ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação da obra Conservação e Reabilitação do Castelo de Alfaiates**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 17059, datada de 06-12-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a Assembleia havia aprovado 3 financiamentos através da linha BEI com taxas de juro atrativas, para os valores não financiados das obras. No entanto, no encerramento do Quadro Comunitário 2020, a CCDR tinha verbas sobranes de outros projetos que poderiam ser alocados em outras obras, tendo sido alocados na obra do Castelo de Alfaiates e Smart Work Center, implicando alterações nos Contratos de financiamento da linha BEI. O que se pretende é que sejam aprovadas as adendas aos contratos destas duas obras. Na obra '*Conservação e Reabilitação do Castelo de Alfaiates*' o valor do empréstimo foi ajustado de 361.490,61€ para 133.532,67€. Na obra '*Reabilitação e Renovação de Edifício para Instalação do Smart Work Center*' o valor do empréstimo foi ajustado de 403.644,04€ para 195.049,30€.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 06 - Discussão e votação do Mapa de Pessoal do Município para 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 16 abstenções, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2025**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Mapa de Pessoal para 2025 reflete: os lugares que já estavam abertos e não foram preenchidos no ano transato; lugares para consolidar carreiras e mobilidade intercarreiras. Os únicos lugares criados são: 1 lugar Técnico Superior de Financiamento externo de Projetos Municipais uma vez que há essa lacuna na Câmara; 3 lugares de Assistente Técnico na área do Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (BUPI), ou seja, estes contratos deixaram de ser da responsabilidade da CIM e passaram a ser da responsabilidade do

Município, com contrato a termo certo; 2 lugares de Assistente Operacional Trolha; 2 lugares de Assistente Operacional Jardineiro; 2 lugares de Assistente Operacional Cantoneiro de Vias.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 07 - Discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis – Prédios Urbanos para o ano de 2025

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 14257, datada de 16-10-2023, referente a “Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – prédios urbanos” a que refere a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano 2025 a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade:

- **Manter** as taxas no valor mínimo: Prédios Urbanos – 0,3 %;
- **Aprovar a redução da taxa, prevista no artigo 112-A.º do diploma acima mencionado (aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), da seguinte forma:**

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	30
2	70
3	140

O Sr. Presidente da Câmara apresentou o ponto tendo dito que o que se pretende é manter as taxas dos Prédios Urbanos num valor mínimo (0,3%) e aprovar a redução da taxa prevista no artigo 112-A.º do diploma acima mencionado: dedução de 30€ com 1 dependente a cargo, dedução de 70€ com 2 dependentes a cargo, dedução de 140€ com 3 dependentes a cargo.

Não se verificaram intervenções no presente ponto

Ponto 08 - Discussão e votação da contratação de Revisor Oficial de Contas para prestação de serviços de auditoria externa

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de adjudicar o serviço a Marques de Almeida J. Nunes, V. Simões & Associados, S.A., nos termos e com os fundamentos constantes da

informação., nos termos das informações registadas sob os n.ºs 11923 e 14169, datadas de 23-08-2024 e 15-10-2024.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou o ponto, referindo que a atual prestação de serviços está a terminar, foi feito um novo procedimento e a competência de adjudicação é da Assembleia Municipal. Acrescentou que a duração da prestação de serviços será de 24 meses, pelo valor de 18.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 09 - Discussão e votação da repartição de encargos do procedimento concursal para Prestação de Serviços de Apoio e Gestão do Balneário Termal do Cró

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos contra e 1 abstenção, **ratificar a repartição de encargos do procedimento concursal para Prestação de Serviços de Apoio e Gestão do Balneário Termal do Cró**, nos termos da informação registada sob o n.º 15087, datada de 31-10-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o assunto é recorrente, e cuja competência da Assembleia Municipal apenas diz respeito à repartição de encargos para 18 meses: 2025 (12 meses) – 590.400,00€ e 2026 (6 meses) – 295.200,00€.

Deu nota que ainda não foi possível encontrar um modelo que permita ao Município gerir o equipamento. Referiu que o futuro do equipamento passa por implementar um modelo de gestão em que é necessário separar e autonomizar as três valências do equipamento (fisioterapia, ORL e bem-estar). Sobre o modelo de gestão referiu que foi solicitado um estudo, de forma a encontrar um modelo de gestão aplicável sustentável e que não cause défice nas contas do Município. Salientou também que continuam a ser implementadas medidas na área energética de forma a reduzir o consumo do edifício a nível energético em 40%.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso referiu que os membros do Partido Socialista defendem uma gestão integrada do equipamento, porque a solução encontrada tem sido transitória e tem-se arrastado ao longo destes anos, onde são constantes os saldos negativos de gestão e as pessoas que têm estado na gestão do equipamento não têm tido capacidade de potenciar este equipamento. Referiu que dividir as valências em três partes é interessante, mas refira-se que o equipamento tem um custo de 40 mil euros por mês ao município, pelo que o voto

será contra. Alertou ainda que no anexo 2, página 1, a data de envio do anúncio não está correta, uma vez que diz 01-01-1900.

Em resposta à intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse estranhar o voto contra, uma vez que foram os vereadores do Partido Socialista, em Reunião de Câmara que sugeriram o estudo para a gestão do equipamento. Prosseguiu, referindo que haverá sempre saldo negativo e que é preciso ter em conta a componente social e os preços praticados; que já se passaram de saldos negativos de 800 mil euros para 400 mil euros. Sobre a atual empresa disse que vai gerindo o equipamento de acordo com a sua capacidade, ressaltando que a solução passa por encontrar uma empresa que dê garantias de continuidade e melhoria das valências existentes.

Ponto 10 - Discussão e votação do reconhecimento de interesse público municipal da instalação de uma Comunidade de Autoconsumo Coletivo na Aldeia Histórica de Sortelha

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal da instalação de uma Comunidade de Autoconsumo Coletivo na Aldeia Histórica de Sortelha, nos termos da informação registada sob o n.º 15896, datada de 15-11-2024 e respetiva deliberação da Reunião de Câmara de 20-11-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que é um projeto das Aldeias Históricas proposto à Junta de Freguesia de Sortelha e ao Município. É um projeto inovador que vai permitir uma poupança aos residentes e Sortelha será a primeira Aldeia Histórica da Europa a conseguir ter energia limpa, porque para além da implantação dos painéis solares, o projeto contempla a instalação de baterias para acumulação durante a noite. No âmbito do horizonte 2020 da Europa há candidaturas que privilegiam localidades com energia limpa. É uma oportunidade de ouro que permite aos residentes uma redução na fatura de energia e que torna Sortelha pioneira em mais um projeto. É um projeto tripartido, em que as Aldeias Históricas é que submetem a candidatura, a Junta de Freguesia cedeu o terreno, a Câmara fez a terraplanagem e vai solicitar à EDP a implantação de um PT de 400 kva para suportar o parque solar. Concluiu referindo que o investimento fica a cargo da GreenVolt.

O Sr. Vereador Paulo Cruz, sobre o assunto, referiu que a fatura da eletricidade dos fregueses de Sortelha reduzirá em 50%, uma vez que o preço por kilowatt reduzirá 50%.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso parabenizou as três entidades envolvidas (Câmara, Sortelha e Aldeias Históricas) pelo projeto apresentado.

Pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, disse que a ideia surge das Aldeias Históricas, em que Sortelha é pioneira, mas que se pretende alargar o projeto às restantes 11 aldeias históricas. O objetivo do projeto passa por tornar Sortelha autossuficiente. Explicou que não sendo possível colocar painéis nos telhados, encontrou-se um terreno fora da zona de proteção da Aldeia Histórica para colocação dos mesmos. Referiu que, futuramente, se os painéis produzirem suficiente com as baterias a acumularem e não for consumido, vai ser alargado e pode haver uma parte significativa do concelho que venha a usufruir do projeto. Concluiu, referindo que se prevê que na Primavera o projeto esteja em funcionamento.

Ponto 11 - Discussão e votação do reconhecimento de interesse público municipal do projeto requerido por REN - Rede Elétrica Nacional, S.A

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público municipal do projeto requerido por REN - Rede Elétrica Nacional, S.A, nos termos da informação registada sob o n.º 15942, datada de 15-11-2024 e respetiva deliberação da Reunião de Câmara de 20-11-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse estar prevista a construção de uma linha de alta tensão entre Fundão e Vilarouco, passando na freguesia da Bendada (10 km de 120 no total), sendo que atualmente, para este tipo de construção, há compensação para o território, ou seja, a lei prevê que seja dado 1% do investimento ao território por quilómetro. O município vai candidatar-se à compensação de 200 mil euros, no entanto, o valor da compensação terá de ser aplicado em iniciativas com alto impacto na comunidade (P. ex.: educação, proteção civil municipal, saúde e inclusão, ambiente e património cultural e natural, valorização de espécies autóctones nas comunidades locais, soluções de gestão da vegetação de base natural, medidas de apoio à floresta local, medidas de apoio ao turismo de natureza local, programa de apoio ao desenvolvimento local, apoios na cedência de terrenos para outras atividades e requalificação de infraestruturas e formação de cooperativas locais). Uma vez que está a ser elaborado um projeto na Bendada – Centro Interpretativo do Azeite, entendeu-se que essa verba seria canalizada para esse projeto.

Interveio o Grupo Municipal do PS:

O Sr. Filipe Nunes disse que não se consegue perceber se os 10 km que atravessam a Bendada é em meio rural ou se é próximo das casas, uma vez que sendo em meio rural vai contra as diretrizes de ‘*preservação do ambiente*’ que constam nas GOP’s. Questionou o valor da compensação, uma vez que a informação não especifica, apenas referindo que é ‘*até 200 mil euros*’. Concluiu, dizendo que esta situação é mais um motivo para a criação de um regulamento que permita salvaguardar este tipo de contrapartidas, tendo um ponto e uma base para votar.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, tendo dito que passa junto ao limite de Belmonte e que se houvesse algum ponto de interesse, constaria no Estudo de Impacte Ambiental. Referiu que o projeto em si ainda não está regulamentado, tendo sido a própria REN a deslocar-se à Câmara. Sobre o valor, o mesmo foi apontado pela empresa e a Câmara não aceitará um valor inferior. Sobre o regulamento será solicitado à Divisão de Planeamento que se pronuncie sobre a criação desse regulamento.

Numa segunda ronda, interveio novamente o Grupo Municipal do PS:

O Sr. Filipe Nunes questionou se seria possível alterar no documento que o valo mínimo da compensação é 200.000,00€. Perguntou se o assunto teria de ser aprovado na presente sessão, uma vez que seria importante ver na cartografia a sobreposição do sítio onde passa a linha de alta tensão com a sobreposição das rotas pedestres e de trail, de forma a saber se existe algum impacto significativo. Alertou ainda que não foi disponibilizado o estudo de impacto ambiental.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara também não teve acesso ao estudo de impacto ambiental, salientando que se houver sobreposição será requerido o estudo de impacto ambiental, no entanto, segundo informações que tem não há qualquer tipo de sobreposição, pelo que o documento pode ser votado.

Ponto 12 - Discussão e votação do Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Normas de Execução Orçamental dos APAL-SIM para 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 16 abstenções, **aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Normas de Execução Orçamental dos APAL-SIM para 2025**, nos termos da informação registada sob o n.º 16651, datada de 28-11-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que se encontra na sala o técnico Pedro Patrício, responsável pela elaboração dos documentos e assessor na APAL-SIM.

Proseguiu referindo que tanto a receita, como a despesa têm um valor de 12 milhões e 300 mil euros. A venda de bens e serviços representa cerca de 10 milhões de euros de receita, totalizando a transferência de capital em 1 milhão e meio de euros, que inclui verbas de cofinanciamento de programas, Centro 2030 e do Fundo Ambiental. Relativamente à despesa, as rubricas com maior expressão correspondem à aquisição de bens e serviços 7,6 milhões de euros, as despesas com o pessoal correspondem a 2,4 milhões de euros e aquisição de bens de capital 2,2 milhões de euros, que perfaz os 12 milhões e trezentos mil euros. Disse também que a receita e despesa deixará de constar nos orçamentos dos Municípios, esclarecendo que a receita é proveniente da cobrança das faturas de água, algumas transferências que os municípios terão de fazer relativamente ao tarifário e tarifa social. Em termos de receita, na ITI da CIM, o Município do Sabugal tinha 1 milhão e meio de verbas adstritas a água e saneamento, logo parte deste valor também irá passar para APAL, uma vez que será a APAL a realizar as candidaturas para investimento.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais, referiu que em anterior sessão havia votado favoravelmente ao orçamento da APAL e questionou se o valor relativo ao pessoal está bem colocado uma vez que na aprovação do Mapa de Pessoal do Município o Sr. Presidente da Câmara disse que os funcionários não estão a aceitar a transferência para a APAL.

Deixou nota que a experiência que se está a ter com a APAL tem sido péssima, uma vez que os consumidores estão a pagar mais, desde fregueses, a IPSS's e a empresas. Concluiu a intervenção dizendo que percebe a importância de ter capacidade para concorrer a fundos comunitários, no entanto, o Município tem de tomar medidas para que os consumidores não sejam tão afetados.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso subscreve as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, referindo que sempre disse que os APAL-SIM começaram a ser construídos pelo telhado. Proseguiu referindo que na despesa com o pessoal estão elencados 4,2 milhões de euros, mas o pessoal ainda pertence às Câmaras Municipais. Cerca de 10 milhões de receita é à base dos tarifários, portanto, para que a empresa seja sustentável, os tarifários têm de subir e vão subir mais.

Realçou que em anteriores sessões disse que a água vai ter de subir e agora vê-se que vai subir ainda mais. Referiu ainda que pertencer à APAL pode ser uma mais-valia no que aos fundos comunitários diz respeito, pelo que perguntou qual é a previsão dos fundos

comunitários para 2025, uma vez que o valor nas despesas para fazer intervenções nos concelhos são pequenas.

Terminou a intervenção perguntando como está a situação da Câmara da Guarda relativamente à dívida das Águas Zêzere e Côa e se estará ou irá estar vertida no orçamento da APAL.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata disse que o voto do grupo municipal da CDU será contra, dando nota do descontentamento da população perante o aumento do valor das faturas da água.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Câmara referiu que apesar da dificuldade na transição do pessoal das Câmaras para a APAL, a despesa tem de estar prevista no Orçamento, quer haja transição quer seja necessário recrutar pessoal.

No caso da Câmara do Sabugal, não foi a água que aumentou, foi o saneamento, mas não era correto continuar como anteriormente, com um défice de 1 milhão de euros anualmente. Relembrou e esclareceu que são obrigados a aumentar o tarifário anualmente, por recomendação da ERSAR e concorda que as IPSS's e empresas são mais penalizadas devido ao escalão onde se encontram, no entanto, haverá compensação às IPSS's pelos aumentos sofridos.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Em resposta ao João Manso disse que não é desconhecida a sua opinião e do grupo municipal do PS relativamente à APAL. Realçou que o grupo municipal da CDU, nesse sentido, é coerente porque afirma que vota contra porque é contra.

Sobre a dívida da Câmara da Guarda esclareceu que nada tem a ver com a APAL.

Sobre a questão dos fundos, foi concedida a palavra ao assessor Pedro Patrício, tendo dito que o valor previsto de fundos para 2025 é cerca de 1 milhão de euros, sendo que em 2026 o valor será idêntico. Esclareceu que, no âmbito da ITI os 4 municípios têm cerca de 2 milhões e meio de euros, em que 1 milhão e meio é do Sabugal e não pode ser afeto a outro município que não seja o Sabugal. Realçou que embora estejam 2 milhões de euros orçamentados para investimento, caso seja necessário reforçar a rubrica, os municípios

serão chamados a reforçar o orçamento, como fariam se tivessem de fazer as próprias obras.

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu, referindo que já está em plano e orçamento e será a APAL a lançar as obras da rede de água e saneamento em Rebelhos, Quarta-Feira, Aldeia da Dona e Dirão da Rua e sempre que necessário será reformulada a rede de água.

PONTO 13 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2025 DA APAL-SIM – ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para o Ano 2025 da APAL-SIM – Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, nos termos da informação registada sob o n.º 16647, datada de 28-11-2024.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Mapa de Pessoal da APAL contempla 125 lugares entre as mais diversas áreas, desde assistentes operacionais a técnicos superiores. Foi detetado que as Câmaras não têm determinadas áreas e não vão dispensar técnicos superiores e está a decorrer procedimento concursal para seis técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 4 assistentes operacionais. Aguarda-se a integração do pessoal da Câmara da Guarda, seguindo-se a Câmara do Sabugal e posteriormente a Câmara de Celorico e Câmara de Manteigas.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que se a maioria dos funcionários não transitarem para a APAL e ficar nas respetivas Câmaras, haverá uma duplicação de custos, por ser necessário preencher esses lugares com procedimentos concursais.

De seguida colocou as seguintes questões: **1.** Quais os motivos que levam este processo de transição a estar tão atrasado; **2.** Se há funcionários das Câmaras já a trabalhar para a APAL cujos vencimentos continuam a ser pagos pelas Câmaras; **3.** A APAL já existe há mais de meio ano, mas o Município continua a realizar adjudicações, tais como a ampliação de água e saneamento do Sabugal e Aldeia de Santo António, pelo que perguntou se a obra não deveria ser feita pela APAL.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que se os funcionários do município não pretenderem transitar para APAL serão requalificados na Câmara do Sabugal para lugares que estejam vagos, evitando assim a abertura de procedimentos concursais para o efeito.

Sobre os vencimentos, segunda-feira será assinado um acordo com o sindicato, onde constam todos os direitos dos funcionários que transitarem para a APAL. Acerca das obras, o Município está a executar todos os trabalhos da APAL, no entanto, estão a ser quantificadas todas as horas, todas as deslocações, bem como os gastos, são reportados à APAL e a APAL irá pagar aos Municípios.

Ponto 14 - Discussão e votação de cedência de área ao domínio público – 31.70 m², requerido pela RB Energias Sociedade Unipessoal, Lda.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a afetação da área de 31.70 m² do prédio urbano, propriedade da RB Energias Sociedade Unipessoal, Lda., com o artigo matricial 1032 da União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, e melhor identificado na informação registada sob o n. 10289, datada de 03-07-2024, que irá integrar o domínio público, nos termos e com os fundamentos constantes da informação já identificada e de conformidade com o disposto na alínea ccc) do n. 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea q) do n. 1 do artigo 25. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação do ponto, tendo dito que para um empresário construir junto à ENAT e o projeto possa ser viabilizado, precisa de ceder 31.70 m² para o domínio público, sendo necessária a aprovação da Assembleia Municipal.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 15 - Designação de novo membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

O Sr. Presidente da Assembleia informou ter dado entrada na mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD, propondo Idalina Mendes Lopes para o cargo.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, designar **Idalina Mendes Lopes, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Sabugal**, com 01 voto branco, 12 abstenções, 3 votos contra e 42 votos a favor.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 16 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Não tendo havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2025.02.17
17:36:17 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____

Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 04/2024 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2024

Anexo 1

Intervenção do Sr. José Escada/ Declaração de voto

“O Grupo Municipal do CDS-PP vota contra por três motivos fundamentais: pelo procedimento subjacente; pelo conteúdo no que diz respeito a intervenções do Grupo CDS-PP; por omissões graves.

1) Sobre o procedimento

Todas as decisões têm consequências. A mesa decidiu que as atas seriam uma síntese. A mesa passou a ser responsável pela qualidade do texto e da sua boa imagem institucional.

A síntese comporta uma interpretação e esta não pode ser branqueadora de afirmações importantes e nem pode ser censura!

Os autores das intervenções não são chamados a comentar, com antecedência, a síntese interpretativa, tendo apenas têm oportunidade de apresentar comentários ao texto na sessão da Assembleia que aprova a ata.

O CDS-PP considera que os textos das atas deveriam, por uma questão de respeito, ser enviados, com a devida antecedência, aos intervenientes, para obtenção de comentários. Tal procedimento até se revela fácil uma vez que medeiam 3 meses entre a sessão da assembleia a que a ata diz respeito e a sessão que a aprova.

2) Sobre o conteúdo no que diz diretamente respeito à intervenção do CDS-PP

O CDS-PP, não se revê, na síntese interpretativa e propõe as seguintes alterações:

Página 74

Grupo Municipal do CDS

Todo o parágrafo deverá ser eliminado e substituído por: “A intervenção do Sr. José Escada consta na íntegra no anexo 2”

Texto a eliminar: “O Sr. José Escada referiu que o relatório é positivo, extremamente útil e importante para ações vindouras para o território. No entanto, lamentou algumas omissões. Apresentou 3 observações: 1.ª A forma do relatório, em que há 3 fases do estudo, que se traduzem em 6 documentos torna-o muito extenso, havendo muita informação repetida. Recomendou que fosse feito um relatório único, que facilite a leitura, realçando os aspetos importantes do estudo para o concelho, ressaltando a dimensão e relevância dos mesmos; 2.ª e 3.ª: sobre os relatórios intersetoriais referiu que parecem híbridos porque não há identificação dos intervenientes, não havendo responsabilizações e compromentimentos no relatório. Em suma, referiu que o relatório é um enunciado do que se pode fazer e muito raramente aparecem informações contundentes, questionando, por isso, se as medidas preconizadas tiverem seguimento quem as vai acompanhar? Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que o Sabugal tem de querer e

reivindicar em conformidade, e não usar e abusar de linguagens de possibilidades. De seguida, lamentou as seguintes omissões do relatório: 1. Os verdadeiros antecedentes que conduziram à construção da Barragem do Sabugal. 2. Ausência de uma visão de um especialista de preservação de ecossistemas para adicionar à pegada ecológica das bruscas variações de volume de água e aos argumentos macroeconómicos de absoluta necessidade de fixação de uma quota mínima. 3. Lamentou que entre a 1.ª e a 2.ª fase do relatório não tenha havido uma reunião com os stakeholders locais, associações, associações locais, etc., por forma a auscultar a sua opinião sobre o modo de gestão de recursos hídricos de forma a serem agregados para a última fase. (A intervenção consta na íntegra no anexo 2)”

Pág 77

O CDS-PP pretende que todo o parágrafo seja eliminado e substituído por: “Pelo Grupo Municipal do CDS o Sr. José Escada procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor completo consta no anexo 6”,

Texto a eliminar: *“onde consta que lamenta que o Sr. Presidente da Assembleia tenha negado o agendamento da apreciação “Considera a assembleia que a atribuição de 1 minuto de intervenção a um grupo municipal prestigia a AMS? Respeita a pluralidade democrática? Vai ao encontro dos interesses do Sabugal?” informando que no Período da Ordem do Dia, o silêncio será a resposta política do CDS-PP. Referiu ainda que partilha da opinião do Grupo Municipal da CDU e congratula o Município pela programação cultural no período de férias”*

Pág 79 onde se lê:

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada perguntou se podia intervir após a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, ao qual o Sr. presidente da Assembleia respondeu que, nos termos do Regimento, não seria possível.

Para que a ata corresponda ao que se passou o CDS-PP considera que deverá ser acrescentado:
“O Sr. Presidente acrescentou que o Sr. José Escada poderia anexar uma declaração. Essa declaração consta em anexo.

O anexo a acrescentar deverá ser:

Contraditório, escrito, à intervenção do presidente da mesa, o qual, não permitiu que fosse oral:
Sr. Presidente, a bem da democracia, considere a verdade dos factos:

- 1) O Regimento foi votado, em novembro de 2022, tendo subjacente anexos que refletiam os Grupos Municipais e independentes, até aí identificados. A composição grupal da Assembleia foi, nos termos legais, identificada da segunda sessão do mandato (em 2019), e refletiu o resultado do ato eleitoral;*
- 2) A lei permite, a cada membro, três alternativas: mudar de Grupo, passar a independente, deixar de ser independente para integrar um dos Grupos existentes;*

3) Em fevereiro de 2023 os anexos ao Regimento foram unilateral e ilegalmente alterados. Foi apresentado um Grupo Municipal até aí desconhecido. Foi despudoradamente adulterado o sentido da aprovação de novembro. Foi uma manobra arditosa do Presidente da Mesa;

4) Perante o protesto do CDS-PP, o presidente da mesa, tenta “legalizar” a golpada: os anexos foram submetidos à aprovação, em abril. Tal alteração regimental não respeitou os n.ºs 2, 3, 4 do Artigo 56.º

Lamentamos que o presidente da mesa, com a cumplicidade do Grupo PSD, considere que o Regimento não se aplica à sua pessoa e que recorra a interpretações enviesadas, para justificar a sua posição.

3) Sobre omissões graves

3.1) O Sr Presidente omitiu, em Expediente, um e-mail de 22/09, de José Escada da Costa, em que solicitava um pedido de agendamento ao abrigo do n.º 2 do artigo 30º do Regimento, que pedia: “...seja incluído no Período da ordem do dia da próxima AMS, dia 27/09, a seguinte apreciação: Considera a assembleia que a atribuição de 1 minuto de intervenção a um grupo municipal prestigia a AMS? Respeita a pluralidade democrática? Vai ao encontro dos interesses do Sabugal?”

3.2) A ata omite as seguintes declarações do presidente da mesa, que o CDS-PP considera graves:

3.2.1) Associadas ao pedido de agendamento: “O Sr. José Escada não fez queixa de mim? O tribunal não lhe deu razão que eu saiba ou melhor não lhe respondeu e bem pode esperar 40 anos...”

O CDS-PP considera que esta afirmação revela total desconsideração pela justiça.

3.2.2) Associadas à tomada de posição política do CDS-PP de passar a responder à golpada com o silêncio, durante o período da ordem do dia, limitando-se a votar: “Que me importa a mim que o Sr. José Escada fale ou fique calado ... era o que faltava!”

O CDS-PP considera que esta afirmação revela a total indiferença do presidente da mesa em relação à amplitude de participação democrática da assembleia a que preside.”

Anexo 2

Intervenção da Sr.ª Silvina Vaz

“Queria felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela entrevista que concedeu ao jornal ‘O Fundão’, sobre a barragem do Sabugal. os vereadores e os membros do grupo municipal do Partido Socialista partilham e defendem as ideias apresentadas, elas estão no estudo elaborado pela equipa do agora Presidente do Concelho de Administração das Águas de Portugal, o Eng.º Carmona Rodrigues e já foram aqui amplamente debatidas em anteriores Assembleias Municipais.”

Anexo 3

Intervenção da Sr.ª Marisa Martins

“Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tem a mesma opinião do Sr. Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, que como todos sabemos é contra o fim das portagens nas antigas SCUTS, porque segundo o ministro, esta medida vai custar ao Estado cerca de 180 milhões! Mas se o interior de Portugal, pode ou não beneficiar com esta medida, parece que ao nosso ministro isso não importa.

Sr Presidente da Câmara está no último ano do seu mandato, para não quebrar a tradição sabemos que agora vai aparecer alcatrão. Há muitas estradas do nosso concelho em mau estado, para não ser exaustiva, dou-lhe um exemplo: a estrada da Rebolosa, do cruzamento da Quinta das sereias até Aldeia da Ribeira (aldeia que hoje nos deixa de luto), já precisa de ser requalificada.

Já muito aqui se falou na ligação Sabugal Guarda. O nosso concelho tem uma das piores ligações à cidade da Guarda. Não basta falar com o sr Ministro das Infraestruturas, é preciso que as obras se realizem, esta estrada está inundada de placas com limites de velocidades. Além do alargamento das pontes é necessário desviar o trajeto da estrada das localidades criando variantes para aumentar a segurança e reduzir a distância e tempo até à cidade da Guarda. Se a estrada continuar a atravessar as localidades poucas melhorias se notarão. Sr Presidente da Câmara já aqui informou esta Assembleia Municipal que as localidades teriam passeios e as obras seriam pagas pelas autarquias do Sabugal e da Guarda dentro das localidades. Não acha que este plano apenas serve os interesses da autarquia da Guarda? Somos nós sabugalenses que estamos interessados na redução da distância e tempo entre as duas cidades. Sr. Presidente qual é a sua opinião sobre este assunto?”

Anexo 4

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Exploração de lítio em Espanha, mas junto à fronteira portuguesa

Com a distribuição de um folheto com o título “PERIGO. MINA A CÉU ABERTO” iniciaram os alcaides da zona de Valverde del Fresno e de Navasfrias e algumas personalidades ligadas às plataformas Sierra de Gata e Rebollar Vivo, uma reunião no início deste mês, no auditório da JF dos Foios, com os seus congéneres das aldeias vizinhas portuguesas coladas à fronteira.

Participaram também algumas pessoas não pertencentes às JFs, como foi o meu caso.

Tratou-se de uma reunião promovida por eles, alcaides e plataformas, para chamarem a atenção para a provável exploração de lítio nas comarcas espanholas Rebollar e Sierra de Gata, do outro lado da fronteira.

Foi dito que empresas mineiras da Austrália – como em Portugal em Trás-os-Montes e no Fundão – se propõem explorar minas de lítio nestas regiões coladas a Portugal, a céu-aberto, “destruindo aquíferos e balsas de lixiviados envenenadas”, “contaminando gravemente o ar com poeiras tóxicas em suspensão”, “consumindo milhões de litros de água na exploração”, provocando “gigantescas explosões, vibrações e fissuras nas casas próximas”, “perdas irreparáveis de milhares de hectares de pastagens, pinhais e carvalhais” e ainda o “desaparecimento de zonas naturais como florestas, lameiros ou margens dos rios” (SIC, vidé folheto anexo).

Naturalmente que os promotores desta reunião internacional de civis e associações ambientais e autarcas espanhóis procuravam alertar para o perigo destas explorações e obter apoio junto dos seus colegas autarcas portugueses, sensibilizando-os ou -nos para o delicado problema da

exploração de jazidas de lítio, bem junto à fronteira portuguesa, chamando a atenção para o perigo, também para nós, desse tipo de explorações aqui tão perto.

Trata-se de uma situação similar a outras de que também em tempos ouvimos falar como a continuação da exploração da central nuclear de Almaraz, na altura em fim de vida, a construção de um depósito subterrâneo de resíduos nucleares em Aldead'Ávila junto a Douro, a exploração de urânio na zona fronteiriça de Salamanca,... tudo projetos colados à fronteiras, logo localizações muito delicadas dada a legislação internacional que regula estes instalações/investimentos.

*A propósito lembro-me de quando, há três anos, era eu o **Provedor dos Municípios do Concelho da Covilhã** e uma comissão das aldeias vizinhas da **Mina do Argemela**, no limite do Fundão com a Covilhã, me pediram para os receber lhes dar ajuda depois de me explicarem as suas preocupações com a previsível exploração de lítio naquela mina e outras consequências nefastas como a provável contaminação da água do Rio Zêzere, logo ao lado, que, como se sabe, abastece a barragem do Castelo de Bode de onde sai a água que cerca de 4 milhões de pessoas consomem diariamente na região da Grande Lisboa.*

Não sendo eu fundamentalista, mas sendo economista, e inclusivamente tendo já trabalhado, durante quase um ano, na Empresa Nacional de Urânio (ex-Junta de Energia Nuclear) e até tendo estagiado na empresa exploradora das centrais nucleares francesas, a COGEMA, não sou, por princípio, desfavorável à exploração e sobretudo à transformação em Portugal dos recursos naturais com que a natureza nos brindou, mas também não sou insensível aos problemas da radioatividade provocado pelo urânio e outros combustíveis nucleares e pelos imensos impactos que estas explorações podem ter nas comunidades locais vizinhas – pessoas, casas, rios e terrenos, entre outras – incluindo nas internacionais.

Neste sentido, esta intervenção não é mais do que uma chamada de atenção, um alerta a esta Assembleia Municipal e à d^a CMS, para aquilo que poderá estar a preparar-se para acontecer nas vizinhas terras de Salamanca e Cáceres num sector tão importante, mas tão sensível para combater o aquecimento global da humanidade/Terra, sem dúvida, mas também, e indubitavelmente, perigoso para nós portugueses raianos se essas explorações de lítio se vierem a concretizar.”

Anexo 5

Intervenção do Sr. José Escada

“Peço ao Sr. Presidente que considere o teor e-mail que enviei a 15/12 com o título “AMS de 20 de dezembro 2024 -Sequelas da Golpada de fevereiro 2023”

*Sr. presidente não é fácil escolher entre tantos temas onde poderia intervir para intervir num minuto. Escolho o que considerarei mais relevante: as **COMEMORAÇÕES DO DIA DO CONCELHO***

Em primeiro lugar agradeço o convite que me endereçou. Embora desejando muito estar presente, decidi não comparecer. E sabe porquê Sr. Presidente. Porque o programa denotou desrespeito institucional grave.

O dia do Concelho deve ser um dia pleno. E não foi. Citando palavras suas, sr. Presidente: o dia do concelho deve ser um momento “em que se olha sobre o passado, mas, simultaneamente, sobre o futuro, o que queremos e o que faremos com o que os outros fizeram de nós”.

Devia, portanto, ser um dia cimeiro de mobilização, dos residentes e não residentes, de forças vivas da sociedade civil, nos mais amplos campos de intervenção... devia ser privilegiada a representação institucional do órgão deliberativo. E não foi!

Não deveria ter sido dispensada a sessão solene da Assembleia Municipal, mesmo que 728 não seja um número redondo

Sr. Presidente devo dizer que o compreendo nessa lamentável omissão. E até presumo que foi contra a sua vontade. Quando quem de direito não faz questão, não manifesta nem vontade nem disponibilidade para a devida e condigna representação não será o Presidente da Câmara que vai insistir e apelar a hierarquias institucionais.

O respeito institucional não se deve centrar em egotismos, egocentrismos, narcisismos. A centralidade está sempre no órgão coletivo

O respeito institucional deve-se, em primazia, ao órgão deliberativo.

Sr. Presidente da Câmara espero que entenda a razão da minha ausência. Acredite que a decisão foi ponderada e me causou muita pena.”

Anexo 6

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara

“ORÇAMENTO 2025

Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio e tendo em conta os objetivos para o ano 2025, aprovados em reunião de Câmara de 29 de novembro de 2024.

A definição dos objetivos de gestão decorre da missão e visão definida, do Plano Estratégico Sabugal 2025 e da sua interceção com as oportunidades de financiamento resultantes do final do Quadro Portugal 2020, do arranque do novo Quadro de Financiamento Comunitário 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência, da I.T.I. - Intervenção Territorial Integrada e do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – PE@CIMBSE 2030, do Plano de Cooperação Transfronteiriço e das redes colaborativas temáticas em que o Município participa.

A definição dos objetivos estratégicos assenta na missão, na visão e nos desafios a enfrentar e que se apresentam:

- 1) **Missão:** Promover a coesão e competitividade territorial, valorizar as pessoas, preservar o património cultural e a identidade local e melhorar a qualidade dos serviços prestados.*
- 2) **Visão:** Conter o despovoamento, atrair investimentos que criem emprego e fixem população no concelho, assegurar o desenvolvimento e a contínua elevação da qualidade de vida dos cidadãos, apostar no equilíbrio ambiental e na eficácia dos recursos, reforçar a sustentabilidade e a resiliência, reforçar a qualificação do espaço público e promover a reabilitação urbana.*
- 3) **Dos novos desafios e cenários conjunturais,** bem como da consulta aos serviços municipais e recolha de contributos em matéria de projetos a desenvolver em 2025.*

Decorrente da missão e da visão definidas, os objetivos estratégicos para 2025 são os seguintes:

- 1) **Proporcionar aos Municípios melhores condições de vida,***

- 2) *Valorizar o território na sua componente interna,*
- 3) *Valorizar o território na sua componente externa,*
- 4) *Valorizar o território, apoiando a rede de agentes económicos e sociais do concelho,*
- 5) *Preservar a identidade territorial e urbanística,.*

6) **Promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável,**

7) **Dinamizar a afirmação concelhia**

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2025 e seguintes foram elaborados no sentido da dinamização económica e social, apostando em investimentos suscetíveis de promover a atratividade territorial e de fomentar novos investimentos geradores de mais e melhores oportunidades de emprego no território concelhio e de manutenção da já debilitada economia do nosso Concelho.

Felizmente que a situação económica e financeira equilibrada das contas municipais permite avançar com investimentos criteriosos, indispensáveis para garantir a melhoria das infraestruturas e a prestação dos serviços básicos essenciais e canalizar todos os recursos disponíveis para continuar a construir um Concelho moderno, qualificado e atrativo.

Como é já habitual, contaremos sempre com o saldo de gerência do ano anterior (cerca de 2 milhões e 900 mil euros), para reforçar ações e projetos insuficiente dotados no Orçamento Inicial, ou criar novos projetos de oportunidade. Temos consciência dos constrangimentos externos, mas também das opções dos órgãos municipais que em devido tempo deliberaram pela manutenção dos impostos, taxas e preços municipais em valores mínimos. IMI Urbano (0,3); IMI Rústico (0,8), IRS (devolução da participação variável de 5%), taxa de Derrama (0%), Taxa de Direitos de Passagem (0%). Somos um Município com um valor diminuto de receitas próprias.

Previsão da Receita

A previsão das receitas para o próximo ano é de 32.553.342,00 euros e das despesas de valor igual. A receita corrente deverá atingir um total de 23.755.279,00 euros que suporta a despesa corrente, as amortizações médias (o valor destas suportará despesas de capital) e ainda um saldo que será utilizado para pagamento de despesas de capital (157.698,00 euros). Prevê-se ainda que sejam arrecadados 8.798.063,00 euros de receita de capital, que cobrirá parcialmente a despesa de capital, que se estima seja de 9.703.695,00 euros.

Em 2025 prevê-se que a receita municipal seja de 32.553.342,00 euros, representando uma diminuição de 2.412.326,00 euros relativamente à previsão inicial de 2024. Verifica-se uma diminuição de 1.449.666,00 euros de receitas correntes.

A diminuição da receita corrente explica-se sobretudo pela transferência dos serviços de água (Venda de bens e serviços correntes) e saneamento (Taxas, multas e outra penalidades) para a APAL e ainda pela não inscrição da comparticipação relativa à Prevenção da Floresta Contra Agentes Abióticos, financiada pelo Plano de Desenvolvimento Rural, cuja candidatura não foi aprovada e ainda pela não inscrição da compensação financeira relativa ao Parque Eólico e Fotovoltáico de Valverdinho (conforme previsto no artigo 4ºB do Decreto-Lei nº 72/2022, de 19 de outubro), pois fomos esclarecidos que a mesma só será obtida após contrato Programa com o Fundo Ambiental e as regras orçamentais só permitem a sua inscrição após assinatura do documento referido.

Em termos relativos constatamos que a receita corrente representa 72,97% da receita total, enquanto a receita de capital representa apenas 27,03%.

Previsão da Despesa

*A despesa do município em 2025 deverá ser de 32.553.342,00 euros, sendo 22.849.647,00 euros relativos a despesa corrente e 9.703.695,00 euros a despesa de capital, verificando-se uma diminuição de **834.494,00 euros** em relação ao previsto para 2024.*

A diferença em relação à previsão para 2025 pode ser explicada sobretudo pela transferência dos serviços de água (Mercadoria para venda - Água) e saneamento (Tratamento de Efluentes/Saneamento), para a APAL, prevê-se uma diminuição de cerca 1.424.666,000 euros na "Aquisição de Bens e Serviços Correntes". O valor mais baixo relativo aos Passivos Financeiros resulta da utilização dos empréstimos em vigor, sendo o valor previsto relativo ao saldo que falta pedir do empréstimo contratado junto do BPI e do BEI.

No que respeita à despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 70,19%, enquanto a despesa de capital representa 29,81% da despesa total.

Grandes Opções do Plano

***Grandes Opções do Plano** são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município do Sabugal e incluem o **Plano Plurianual de Investimentos** e as **Atividades mais Relevantes** da gestão municipal, sendo que as mesmas se encontram explicitadas, de forma mais detalhada para o exercício económico de 2025.*

O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2025 inclui despesa no valor de 8.733.692,00 euros. Nas Atividades Mais Relevantes foi inscrita despesa que totaliza 8.700.302,00 euros. Em conjunto os dois documentos preveem um valor total de 17.433.994,00 euros.

As Grandes Opções do Plano 2025/2030 e o Orçamento 2025 resultam desse compromisso e da sua conjugação com as condicionantes internas e externas atrás enunciadas.

Salientamos os princípios, ações e projetos a que nos propomos, quer de natureza material quer de natureza imaterial:

Dar continuidade às obras e projetos municipais iniciados, transpondo todos os compromissos assumidos;

. Apostar no desenvolvimento económico com a implementação de sistemas e regulamentos criadores de um ambiente favorável ao investimento (RAIEIM/ Sabugal Invest);

. Desenvolver medidas de apoio à fixação de jovens, nomeadamente no âmbito da habitação; (lotes 50% custo mercado);

. Estabelecer parcerias com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, nas mais diversas áreas, que proporcionem mais-valias para o concelho;

. Apostar na modernização dos serviços municipais;

. Modernizar e capacitar o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade com os munícipes;

. Modernizar a Administração Municipal. (Administração+ Próxima) através de plataformas de acesso a informação para as juntas de freguesia;

- . *Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através da Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia;*
- . *Valorização do Património Natural, nomeadamente os recursos hídricos;*
- . *Valorização dos núcleos históricos, com ações concretas em Sortelha (Plano de animação, promoção e comunicação do PROVERE da AAHP), Alfaiates, Sabugal, Vila do Touro e Vilar Maior;*
- . *Elaboração e Definição do Modelo de Desenvolvimento Estratégico e Funcionamento do Parque Termal do Cró,*
- . *Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsídio indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade). Pretende-se reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais;*
- . *Continuar a garantir à população sénior, pessoas com grau de incapacidade maior ou igual a 60% e aos reformados por invalidez os benefícios previstos no âmbito do Regulamento do Cartão Social;*
- . *Apostar na modernização dos serviços municipais;*
- . *Modernizar e capacitar o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade com os munícipes;*
- . *Modernizar a Administração Municipal. (Administração+ Próxima) através de plataformas de acesso a informação para as juntas de freguesia;*
- . *Apostar na qualificação dos serviços de proximidade, nomeadamente através da Delegação de Competências e Apoios Diretos às Juntas de Freguesia;*
- . *Valorização do Património Natural, nomeadamente os recursos hídricos;*
- . *Valorização dos núcleos históricos, com ações concretas em Sortelha (Plano de animação, promoção e comunicação do PROVERE da AAHP), Alfaiates, Sabugal, Vila do Touro e Vilar Maior;*
- . *Elaboração e Definição do Modelo de Desenvolvimento Estratégico e Funcionamento do Parque Termal do Cró;*
- . *Manifestar enorme preocupação social, quer por via dos apoios diretos a situações de risco identificadas, quer no apoio a entidades, associações, ou projetos específicos de intervenção social, quer pelo apoio indireto universal e indiferenciado (ex. passes escolares, livros e material escolar, creches, transportes públicos, subsídio indireta dos serviços municipais, todos eles de reduzida rentabilidade). Pretende-se reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais;*
- . *Continuar a garantir à população sénior, pessoas com grau de incapacidade maior ou igual a 60% e aos reformados por invalidez os benefícios previstos no âmbito do Regulamento do Cartão Social;*
- . *Favorecer o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer;*

- . Continuar a investir no sistema educativo e na qualidade, desde o berçário ao ensino superior, profissional e sénior;
- . Apoiar associações locais na implementação de atividades e projetos diferenciadores;
- . Lutar por um serviço de saúde pública com qualidade e de proximidade;
- . Manter ou alargar o número de protocolos no âmbito do programa Saúde Mais Próxima com as Juntas de Freguesia;
- . PARU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano, (Regeneração Rua Dr. Francisco M^o Manso, Reabilitação de edifício e ampliação parque estacionamento, Centro de Conhecimento – Escola Primária, Requalificação Rua António José Almeida e Nuno Montemor, Praia Fluvial 3^a fase. Zona da Albufeira, Parque da Cidade e ZLE;
- . Colonia Agrícola – Projeto Ciência Viva / Programa AGRO+ enquadra um Centro de Desenvolvimento Agroflorestal;
- . Continuar a implementação de medidas de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Castelos, percursos pedonais e Edifícios Municipais (ESE e ITI - CIM Beiras e Serra da Estrela);
- . Promover a sustentabilidade ambiental, apostando em políticas ambientais diferenciadoras que resultem em medidas amigas do ambiente e indutoras de economias verdes, inovadoras e diferenciadoras, como economia circular, circuitos curtos de comercialização, (Criação de percurso pedonal CAMINHO das PEDRAS D'AGUA que vai desde a Nascente do Côa ao limite do concelho);
- . Reforço dos apoios e das ações preventivas no âmbito da Proteção Civil Municipal e no âmbito dos protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Sabugal e Soito;
- . Apoiar equipas de sapadores florestais em ações de ordenamento florestal;
- . Manter e qualificar as acessibilidades nas redes viárias municipais do concelho, facilitando o acesso aos transportes, energia e comunicações; Sortelha, A. Bispo / A Velha, A. Ribeira/ Rebolosa, Troço 538-1 Ozendo/Soito, Cruz. Aguas rádioium/ Quarta Feira, Acesso Dirão da Rua.

Anexo 7

Intervenção do Sr. Presidente da Junta do Baraçal, Carlos Borregana

“Não vou falar dos aspetos técnicos deste orçamento que não sei que chegue para isso, mas cumpre a este grupo municipal deixar clara a sua posição política em relação ao documento que hoje aqui nos é proposto. E, desde logo, começo por dizer o que parece óbvio, mas que é sempre necessário referir, o orçamento para além de um importante instrumento de gestão, servirá sempre para dar cumprimento ao programa do executivo e, portanto, será normal que as suas diversas rubricas coincidam com aquilo que o executivo se comprometeu no contrato que fez com os eleitores aquando do último ato eleitoral. Existe a tendência no debate político para priorizar a análise de despesa e tratar as rubricas que corporizam as diversas obras como se elas não produzissem uma despesa e não carecessem de uma receita como contrapartida. Chamo, neste âmbito, a atenção para as particularidades deste tempo de transição dos 2 quadros comunitários, portanto, 2020-2030, e das dificuldades adicionais em cativar receita de capital. Apesar disso, a estrutura do orçamento afigura-se-nos equilibrada, com um rácio de 7030, entra a receita corrente e a receita de capital, assegurando esta última o cumprimento dos objetivos do executivo. Em termos históricos deste rácio, observamos um ligeiro acréscimo desde os anos 2020. Existe uma priorização de despesas em setores muito diretamente relacionados com o bem-

estar dos sabugalenses, como a saúde, a educação, a habitação, os transportes, a cultura, o desporto e aliado às pessoas, naturalmente, veio a valorização do território, da sua identidade, a sua promoção também para o exterior como forma de captar os agentes económicos. Mas também o claro apoio às iniciativas locais, ao empreendedorismo, com programas dedicados, sempre imprimindo a estas atividades um traço de sustentabilidade. Para tudo isto é necessário capital sim, mas também recursos humanos. E aqui não nos deixemos confundir com os números, nem perder nas contas que advêm das atribuições das competências que ainda mexem nem com a questão da APAL. Os recursos humanos serão certamente os necessários para que de uma forma equilibrada cumpram as necessidades dos respetivos serviços. E sim, Sr. Presidente da Câmara. depois, independentemente de rótulos que outros nos possam crer, será mesmo bem-vinda a requalificação da praia fluvial - fase 3, o alargamento da zona industrial, o projeto da barragem, da zona de lazer 1, o projeto do centro de conhecimento, as diversas obras de requalificação na rede viária em diversas freguesias, as intervenções nas aldeias históricas, os apoios ao movimento associativo do concelho, os apoios às Juntas de Freguesia. E, tudo isto, dentro de um espírito de modernidade num Sabugal mais digital e de proximidade com os cidadãos. E nós, autarcas e sabugalenses, cá estaremos para ajudar, participar e receber os frutos de todo este projeto.”

Anexo 8

Intervenção do Sr. José Pires Manso

“Apreciação do Plano e Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano (2025-2030)

O Plano de Atividades para 2025 da CM Sabugal apresenta um orçamento quer de receitas quer de despesas (correntes e de capital) de 32,55 M(milhões€) repartidas, no caso das receitas, em 23,8M€ em receitas correntes, 73%, e de capital em 7,6M€, ou seja 27%, e no caso das despesas em 22,8M€ como despesas correntes, 70%, e como despesas de capital 9,3M€, 30%. Naturalmente que o orçamento se apresenta equilibrado como manda a legislação aplicável.

Em termos de origem das receitas, elas provêm maioritariamente do Estado Português ou da Administração Central (OGE) 15,9M€, 48.8%, de Impostos diretos, 2,4M€, ou 7.4%, de taxas, multas e outras penalidades, €1,2M, ou 3.7%, e de vendas de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes €4,2M, ou seja 13%. As receitas de capital provêm praticamente todas do Estado Português, como seria de esperar.

No que diz respeito às **despesas correntes realçam-se em 1º lugar as relacionadas com a aquisição de bens e serviços 10,2M€, em 2º com o pessoal 9,0M€ (€7,0M+€0.4M abonos+€1,6M SS), e em 3º administração local, freguesias, €1M, e outras.**

Mas prosseguindo a nossa análise... Comparando os valores de 2024 com os de 2025 **consta-se uma redução ao nível das receitas (e despesas) de 834,5m€ valor este preocupante porque não permite que se levem a cabo tantos projetos quantos o Sabugal necessita para apoio à criação de empresas e empregos que possam ajudar a fixar as populações no concelho.**

E isto, apesar de este valor ser ainda compensado com um acréscimo de receitas de capital razoável, pois de outra forma seria ainda mais penalizante.

De facto, só a redução ao nível das receitas correntes é estimada em -€1,4M sobretudo explicada pela redução das transferências correntes (-€1, 9M), pela venda de bens e serviços -€478,3m e até pela redução ao nível das taxas, multas e outras penalidades (-261,3m€).

É oportuno perguntar a este respeito, se se prevê que os técnicos camarários vão fazer greve ou se essa redução se deve ao facto de as pessoas irem ficar mais respeitadoras das leis no próximo ano, passe o humor.

*Em abono da verdade refira-se que a redução não é maior porque é parcialmente compensada pelo **crescimento dos impostos diretos** que permitirão arrecadar +582,6m€ e pelo crescimento da rubrica **outras receitas correntes** +693,5m€.*

***Também o acréscimo previsto ao nível das receitas de capital** no valor de 615,2m€ ajuda a minorar a redução das receitas de 2025.*

Dado o equilíbrio que tem de se verificar entre as receitas e as despesas anuais (2025), com a redução das receitas prejudica-se, no mesmo valor, as despesas sofrerão também uma redução de -834,5m€.

*São particularmente notadas as quebras nas despesas com a **aquisição de bens e serviços** (-1,4M€), e nas **despesas para aquisição de bens de capital, logo de investimento** (-1,04M€).*

*Numa altura em que tudo sobe, a **começar pela inflação, que deverá situar-se perto dos 3%, uma redução de quase um milhão de € é deveras preocupante e muito penalizadora** para o desenvolvimento harmonioso e sustentável do concelho, das empresas, das suas gentes e do seu nível de bem-estar. **Regista-se pela negativa esta variação.***

*Também ao nível das **responsabilidades contingentes** – dependentes de decisões dos tribunais – gostaríamos de manifestar a nossa preocupação, com este tipo de responsabilidades, pois que o seu desfecho nos Tribunais, nomeadamente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, pode prejudicar, ainda mais, a CMS e, por ricochete, os investimentos devidos aos sabugalenses: referimo-nos naturalmente, aos contenciosos com o **Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas** (109 m€), com a **FCC Environment Services, SA**, por causa da recolha de lixos, e com a **empresa Dache** pela utilização do edifício antes de ser adquirido (neste caso a juntar ao elevado montante que a CMS já teve ou tem de pagar pela polémica aquisição do pavilhão desta empresa na zona industrial do Sabugal).*

*Passemos agora à discussão das **Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2025-2030**. A este respeito pouco temos a comentar, a não ser que **em termos políticos** essas não seriam certamente as Grandes Opções do Plano a propor pelo PS a esta CMS e a esta Assembleia Municipal.*

De facto, estamos convencidos que estas não são as melhores escolhas para o desenvolvimento do concelho, pois que as opções camarárias deveriam incluir acima de tudo:

*- O apoio decidido à **instalação de empresas** que criem postos de trabalho que ajudem o concelho a fixar pessoas no seu interior;*

*- A **melhoria das vias de acesso às autoestradas, aos principais centros urbanos e ao estrangeiro**, nomeadamente, à Guarda, a V. Formoso, à Covilhã, a C. Branco, e à Extremadura Espanhola, vias que tantos benefícios trariam para a região, as suas empresas, os seus estabelecimentos de serviços (bares e restaurantes), e o bem-estar dos habitantes do concelho;*

*- O apoio decidido também na **criação de marcas próprias (DOC/DOP)** identificativas do concelho em produtos de primeiríssima qualidade como a castanha, o queijo, a indústria da carne/salsicharia, etc.;*

*- O apoio ao **ensino técnico-profissional**, apoiando nomeadamente a **criação de uma escola profissional** que ensinasse os nossos jovens que não querem ir para as Universidades e Politécnicos a adquirirem formações especializadas nas áreas da economia/gestão, da construção civil e reabilitação, da pecuária, dos produtos alimentares, das florestas, das rochas ornamentais, da energia sustentável, do fomento ao empreendedorismo ou criação de empresas ...*

*Terminamos esta intervenção **reiterando tudo ou quase tudo o que os nossos vereadores referiram na sua declaração de voto** na reunião da CMS quando este assunto foi apreciado e que me dispense de ler, mas que a seguir transcrevo e deixo em anexo.*

*Mais, desejamos anunciar que a posição do grupo do PS nesta Assembleia Municipal é de **abstenção** na votação deste ponto da ordem de trabalhos.”*

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2025.02.17
17:37:07 Z

O Presidente da Assembleia,

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior,

Vânia Martins Filipe